

MUNICÍPIO DE ARACRUZ

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

ATA DA 5^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO CACS/FUNDEB 2025.

Mandato: 2023/2026

No dia vinte e um de outubro de dois mil de vinte e cinco, às quinze horas, os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Município de Aracruz, reuniram-se em reunião ordinária no Polo da UAB em Aracruz/Centro. O presidente, Sr. Valber Luiz Camporês iniciou dando as boas-vindas aos presentes. Constatou-se a presença de sete conselheiros. Dessa forma, em conformidade com o Art. 15, §1º, da Lei Municipal nº 4.367, de 07 de abril de 2021, que dispõe sobre o quórum necessário para a realização das reuniões. Assim, a reunião teve início oficial às 15h30min, com os membros presentes. Atendendo o item I da pauta, o presidente solicitou a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 12 de agosto, com a pauta registrada conforme o documento da referida data. Durante a leitura, o presidente aproveitou para pedir desculpas pelo erro na convocação da reunião anterior, que havia sido marcada para o dia errado. Ele informou que, a partir dos próximos encontros, as reuniões ocorrerão às quartas-feiras, buscando maior organização. Após a leitura, obteve a aprovação dos presentes. Não havendo questionamentos, a ata do dia 12 de agosto foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. O presidente informou aos membros presentes a justificativa de algumas faltas na reunião de hoje. Dando continuidade ao item II da pauta, na comunicação do presidente, o mesmo falou sobre as comissões presentes para avaliar as demandas do CACS/FUNDEB e a Comissão que avalia as prestações de contas enviadas mensalmente pela SEMED é composta atualmente pelo Júlio César e pela Ana Paula Fink. O presidente informou que Júlio César tem aproveitado o tempo livre na agenda para adiantar algumas análises, logo as prestações de contas até agosto estão com ele e neste mês, Valber informa que já recebeu a prestação de contas referente ao mês de setembro já foi recebida e encaminhada ainda hoje ao conselheiro Júlio, que compõe a Comissão de Análise Financeira, juntamente com a conselheira Ana Paula Fink. O presidente agradeceu a participação de Júlio, que representa a UNCME no Espírito Santo, e de outros membros do Conselho junto com ele no IV Encontro Regional do Sudeste da UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação), realizado na UFES. A conselheira Gilse relatou que Jocenir Elaine Rensman, representante do (CAE) Conselho de Alimentação Escolar, e Janete Ribeiro Loureiro, do Setor de Ensino Fundamental da SEMED, elogiaram muito o evento, destacando sua importância para a formação dos conselheiros. Prosseguindo para o item III da pauta, o presidente solicitou que cada conselheiro presente se manifestasse sobre o andamento das atividades de cada seguimento. Valber lembrou ao diretor sobre a

Lei de Gestão Democrática: O diretor Ricardo relatou sua preocupação sobre os prazos dos trâmites de todo o processo que está ainda em análise do Conselho Municipal de Educação e consequente devolutiva e publicação pela SEMED, visto que já estamos no dia vinte e um de outubro em meio as grandes demandas que já sobrecarregam os diretores ao fim do ano letivo junto ao tempo para todo o trabalho já previsto nas rotinas dos diretores escolares. Valber lembrou que a lei foi aprovada na segunda-feira anterior pela Câmara e que já está em análise pelo Conselho Municipal de Educação. Passando para o item IV da pauta, o Sr. Presidente Valber Camporês passou para o relatório das correspondências emitidas e recebidas em que recebeu do setor de orçamento a sugestão pelo sistema Aracruz sem Papel com pedido da Gestão para que as prestações de contas mensais passem a ser encaminhadas via processo eletrônico. Valber relatou que ainda recebe a prestação impressa, mas que passará a receber apenas pelo sistema eletrônico. A conselheira Gilse acrescentou que dará suporte no uso do sistema “Aracruz Sem Papel”, visando otimizar o trabalho relacionado à prestação de contas anual, conforme previsto na Resolução do Conselho. O apoio que Valber pede a conselheira Gilse se refere as respostas dos processos visto que a manifestação ocorre uma vez ao ano, preferencialmente em janeiro, após o ano analisado. O Diretor Ricardo que faz parte do Conselho, questionou do motivo de não haver devolutivas trimestrais e o mesmo foi informado pelo presidente que houve a tentativa da comissão de dar devolutivas nestes prazos, no entanto, não houve êxito devido à complexidade do processo de análise. Passando para o item V da pauta, o Sr. Presidente Valber Camporês solicitou manifestação das comissões. Inicialmente, a conselheira Fernanda Rocha, coordenadora da Comissão do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar) do município, relatou que trata-se da comissão com mais dificuldade devido ao acesso às informações e à complexidade do setor da prefeitura responsável pelo transporte. Após a explanação, será definido um plano de ação para apoiar os trabalhos da Comissão responsável pelo acompanhamento do PNATE. A Coordenadora Fernanda Rocha relatou dificuldades de acesso ao Setor de Transportes. Segundo ela, houve apenas uma reunião, sem organização adequada, o que impossibilitou a compreensão dos processos envolvidos visto que não haviam documentações organizadas. A conselheira Gilse inclusive relatou que o setor recebeu uma nova funcionária que ajudará na organização documental. O conselheiro Ricardo, relatou que em diversas vezes é cobrado das escolas o relatório dos alunos que usam o transporte e ao questionar sobre as declarações enviadas ao setor, o mesmo não teve retorno em nenhuma das vezes sobre os reais motivos de não haver planilhas com controle do número de alunos por região, escola, idade entre outros dados que são extremamente importantes para organização, inclusive para projeções de contratos no ano seguinte com mudança de estudantes para outras escolas, como no caso dos estudantes de “EMPI Pau Brasil” para EMEF Ezequiel em Bela Vista na sede. O Coordenador Júlio da

Comissão de Análise Financeira abordou a análise do percentual dos 70%, destacando questões relacionadas ao FNDE e apresentando pareceres com observações que contribuem para o entendimento da Lei Federal nº14.113 e sua aplicação, especialmente quanto à constitucionalidade das ações nas escolas. Não havendo mais nada a tratar, o presidente do Conselho deu por encerrada a reunião, e eu Ricardo de Oliveira Silva, lavrei a presente ata que será assinada por mim e demais membros participantes.

Documento assinado digitalmente



DILZENI CRUZ VICENTE VIEIRA
Data: 15/12/2025 16:41:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



RICARDO DE OLIVEIRA SILVA
Data: 18/12/2025 13:01:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



GILSE HELENA RANGEL NUNES
Data: 15/12/2025 18:14:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



JULIO CESAR ALVES DOS SANTOS
Data: 16/12/2025 11:10:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



FERNANDA ROCHA VICENTE
Data: 12/12/2025 08:41:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



FERNANDA GONCALVES DE CARVALHO
Data: 12/12/2025 08:03:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>